

PROFISSIONAL JÚNIOR
AUDITORIA

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este caderno, com o enunciado das 70 (setenta) questões objetivas, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

Conhecimentos Básicos						Conhecimentos Específicos					
Língua Portuguesa IV		Conhecimentos Gerais		Informática		Bloco 1		Bloco 2		Bloco 3	
Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação
1 a 10	1,0 cada	11 a 15	1,0 cada	16 a 20	1,0 cada	21 a 40	1,0 cada	41 a 55	1,0 cada	56 a 70	1,0 cada

b) **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às marcações das respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02 - Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso contrário, notifique o fato **IMEDIATAMENTE** ao fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, a caneta esferográfica transparente de tinta na cor preta.

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, a **caneta esferográfica transparente de tinta na cor preta**, de forma contínua e densa. A **LEITORA ÓTICA** é sensível a marcas escuras, portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

05 - Tenha muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado.

06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - **SERÁ ELIMINADO** do Processo Seletivo Público o candidato que:

a) se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como de rádios gravadores, *headphones*, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;

b) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.

Obs.: O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após **1 (uma) hora** contada a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO PODERÁ LEVAR O CADERNO DE QUESTÕES**, a qualquer momento.

09 - Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

10 - Quando terminar, entregue ao fiscal o **CADERNO DE QUESTÕES**, o **CARTÃO-RESPOSTA** e **ASSINE** a **LISTA DE PRESENÇA**.

11 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS É DE 4 (QUATRO) HORAS E 30 (TRINTA) MINUTOS**, incluído o tempo para a marcação do seu **CARTÃO-RESPOSTA**.

12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados no primeiro dia útil após a realização das mesmas, no endereço eletrônico da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (<http://www.cesgranrio.org.br>).

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA IV

Eu sei, mas não devia

Eu sei que a gente se acostuma. Mas não devia.

A gente se acostuma a morar em apartamentos de fundos e a não ter outra vista que não as janelas ao redor. E, porque não tem vista, logo se acostuma a não olhar para fora. E, porque não olha para fora, logo se acostuma a não abrir de todo as cortinas. E, porque não abre as cortinas, logo se acostuma a acender mais cedo a luz. E, à medida que se acostuma, esquece o sol, esquece o ar, esquece a amplitude.

A gente se acostuma a acordar de manhã sobressaltado porque está na hora. A tomar o café correndo porque está atrasado. A ler o jornal no ônibus porque não pode perder o tempo da viagem. A comer sanduíche porque não dá para almoçar. A sair do trabalho porque já é noite. A cochilar no ônibus porque está cansado. A deitar cedo e dormir pesado sem ter vivido o dia.

A gente se acostuma a abrir o jornal e a ler sobre a guerra. E, aceitando a guerra, aceita os mortos e que haja números para os mortos. E, aceitando os números, aceita não acreditar nas negociações de paz. E, não acreditando nas negociações de paz, aceita ler todo dia da guerra, dos números, da longa duração.

A gente se acostuma a esperar o dia inteiro e ouvir ao telefone: hoje não posso ir. A sorrir para as pessoas sem receber um sorriso de volta. A ser ignorado quando precisava tanto ser visto.

A gente se acostuma a pagar por tudo o que deseja e o de que necessita. E a lutar para ganhar o dinheiro com que pagar. E a ganhar menos do que precisa. E a fazer fila para pagar. E a pagar mais do que as coisas valem. [...] E a procurar mais trabalho, para ganhar mais dinheiro, para ter com que pagar nas filas em que se cobra. [...]

A gente se acostuma à poluição. Às salas fechadas de ar-condicionado e cheiro de cigarro. À luz artificial de ligeiro tremor. Ao choque que os olhos levam na luz natural. Às bactérias da água potável. À contaminação da água do mar. À lenta morte dos rios. Se acostuma a não ouvir passarinho, a não ter galo de madrugada, a temer a hidrofobia dos cães, a não colher fruta no pé, a não ter sequer uma planta.

A gente se acostuma a coisas de mais, para não sofrer. Em doses pequenas, tentando não perceber, vai afastando uma dor aqui, um ressentimento ali, uma revolta acolá. Se o cinema está cheio, a gente senta na primeira fila e torce um pouco o pescoço. Se a praia está contaminada, a gente molha só os pés e sua no resto do corpo. [...] E se no fim de semana não há muito o que fazer, a gente vai dormir cedo e ainda

fica satisfeito porque tem sempre sono atrasado.

A gente se acostuma para não se ralar na aspe-
55 reza, para preservar a pele. Se acostuma para evitar feridas, sangramentos, para esquivar-se de faca e baioneta, para poupar o peito. A gente se acostuma para poupar a vida. Que aos poucos se gasta, e que, gasta de tanto acostumar, se perde de si mesma.

COLASANTI, Marina. **Eu sei, mas não devia**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996. p. 9. Adaptado.

1

A partir da leitura do texto, pode-se inferir que o leitor é conduzido a construir uma(um)

- (A) reação ignorante diante das constantes atitudes de indiferença.
- (B) reflexão sobre o fato de muitos se mostrarem inertes diante da vida.
- (C) visão pejorativa dos que se acostumam às situações complexas da vida.
- (D) visão revoltada acerca dos frequentes noticiários sobre guerras e mortos.
- (E) estímulo a um posicionamento áspero em relação à complexidade da vida.

2

“A gente se acostuma a morar em apartamentos de fundos.” (l. 2-3)

Nós nos acostumamos a morar em apartamentos de fundos.

A troca de pronomes também respeita as regras de concordância estabelecidas na norma-padrão em:

- (A) Tu te acostuma / Você se acostuma.
- (B) Tu se acostuma / Você se acostumas.
- (C) Tu te acostumas / Você se acostuma.
- (D) Tu te acostumas / Você vos acostuma.
- (E) Tu te acostumas / Você vos acostumais.

3

No segundo parágrafo do texto, a autora propõe uma relação de causa e efeito para justificar seu ponto de vista sobre o tema abordado a partir do emprego do conectivo **porque**, cuja grafia é orientada por seu valor gramatical.

Está também grafado corretamente o que se destaca em:

- (A) Sei **porquê** você chorou ontem.
- (B) Não sei o **por quê** de tanta pressa.
- (C) Ele está triste **porquê** foi transferido.
- (D) Não sei o motivo **por que** ele não veio.
- (E) Quero saber **porque** você não foi à festa.

4

A leitura do trecho “A gente se acostuma a pagar por tudo o que deseja e o **de** que necessita. E a lutar para ganhar o dinheiro **com** que pagar” (ℓ. 30-32) permite concluir que as preposições são exigidas, respectivamente, pelos seguintes verbos:

- (A) desejar e ganhar.
- (B) desejar e pagar.
- (C) pagar e desejar.
- (D) necessitar e ganhar.
- (E) necessitar e pagar.

5

As crases grafadas no início de cada uma das seguintes frases do texto se justificam pela exigência do verbo **acostumar**: “Às bactérias de água potável. À contaminação da água do mar. À lenta morte dos rios.” (ℓ. 40-41)

Uma quarta frase que poderia estar nessa sequência, grafada de acordo com a norma-padrão, seria a seguinte:

- (A) À ver injustiças.
- (B) À vida sem prazer.
- (C) À alguma forma de tristeza.
- (D) À todas as mazelas do mundo.
- (E) À essa correria em busca do sucesso.

6

A opção por uma linguagem informal, em algumas passagens do texto, permite jogos de palavras como o que se verifica no emprego de **Se** nas seguintes frases:

“**Se** o cinema está cheio, a gente senta na primeira fila e torce um pouco o pescoço.” (ℓ. 48-49)

“**Se** acostuma para evitar feridas, sangramentos.” (ℓ. 55-56)

Nos trechos acima, as palavras em destaque classificam-se, respectivamente, como

- (A) conjunção e pronome
- (B) conjunção e preposição
- (C) pronome e preposição
- (D) pronome e conjunção
- (E) conjunção e conjunção

7

A palavra **que** (ℓ. 1) tem o mesmo valor sintático e morfológico do que se destaca em:

- (A) Vamos ao Maranhão, **que** a passagem está barata.
- (B) Ainda **que** chova, irei ao encontro.
- (C) Há mais razões para sorrir **que** para chorar.
- (D) Ele espera **que** tudo dê certo.
- (E) A cidade em **que** nascemos só prospera.

8

Em “**Se** acostuma a não ouvir passarinho” (ℓ. 42), o pronome não está colocado de acordo com a norma-padrão.

Esse desvio da norma-padrão ocorre também em:

- (A) Ele estava-nos seguindo.
- (B) Espero que nunca nos julgue.
- (C) Não me disseram a verdade.
- (D) Sempre valorizaram-me muito!
- (E) A mulher encheu-se de esperanças.

9

De acordo com as regras de acentuação, o grupo de palavras que foi acentuado pela mesma razão é:

- (A) céu, já, troféu, baú
- (B) herói, já, paraíso, pôde
- (C) jôquei, oásis, saúde, têm
- (D) baía, cafeína, exército, saúde
- (E) amiúde, cafeína, graúdo, sanduíche

10

As palavras destacadas abaixo não se diferem somente quanto à pronúncia mais ou menos forte.

“A gente se acostuma **a** coisas de mais.” (ℓ. 45)

“não **há** muito o que fazer” (ℓ. 51-52)

A frase em que a palavra destacada foi usada adequadamente à norma-padrão é a seguinte:

- (A) Sua casa fica **a** muitos quilômetros daqui.
- (B) Visitarei meu irmão daqui **há** dois dias.
- (C) Passei no vestibular **a** cerca de sete anos.
- (D) **Há** muitas crianças dediquei a minha vida.
- (E) **A** dois dias cheguei da viagem ao Pará.

CONHECIMENTOS GERAIS

11

No dia em que a presidente Dilma Rousseff sancionou a lei que cria a Comissão da Verdade para apurar violações dos direitos humanos ocorridas no Brasil entre 1946 e 1988, a Organização das Nações Unidas (ONU), apesar de elogiar o País pela medida, pediu explicitamente a revogação da Lei da Anistia de 1979. No comunicado da ONU, a alta comissária de Direitos Humanos, a indiana Navi Pillay, incentiva o País a “adotar medidas adicionais que facilitem a punição daqueles que foram responsáveis pela violação de direitos humanos no passado”. E acrescenta: “Tais medidas devem incluir a aprovação de uma nova legislação para revogar a Lei da Anistia ou declará-la inaplicável, pois impede a investigação e o fim da impunidade de graves violações dos direitos humanos”.

Disponível em: <<http://www.estadao.com.br>>. Acesso: 4 jan. 2012.

Diante de um cenário de dificuldade devido à incapacidade de a sociedade brasileira elaborar sua história, alguns segmentos sociais consideram que a Comissão da Verdade pode representar um passo inicial e fundamental para o país

- (A) cicatrizar erros do passado.
- (B) reconciliar militares e civis.
- (C) desmontar o *modus operandi* de corrupção.
- (D) eliminar possibilidades de golpes militares.
- (E) romper definitivamente com a tortura policial.

12

A vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial fez a democracia retornar a muitos governos derrotados, incluindo a Alemanha Ocidental e o Japão. O começo do fim do domínio colonial levou a democracia a algumas nações da África e de outros lugares. Alguns países latino-americanos, inclusive o Brasil, com o fim da era Vargas, constituíram democracias limitadas e instáveis. Nessa onda democrática, o Brasil passou por um período de grandes transformações. Embora não se possa falar de uma liberdade plena, houve intensa efervescência política entre 1946 e 1964. Multiplicaram-se os movimentos sociais e a participação organizada de diferentes setores da sociedade passou a ecoar na atividade política.

BRYM, Robert J. et al. **Sociologia: sua bússola para um novo mundo**. São Paulo: Thomson Learning, 2006, p.342. Adaptado.

Alguns cientistas sociais consideram a existência de algumas “ondas democráticas” importantes na história mundial. Uma dessas “ondas” inicia-se com o fim da Segunda Guerra Mundial, conforme apresentado no texto.

Um exemplo marcante desse contexto no Brasil é representado por

- (A) greves de metalúrgicos na região industrial chamada “ABC paulista”
- (B) movimento pela reforma agrária no Sudeste, chamado de “Ligas Camponesas”
- (C) campanha em defesa da nacionalização do petróleo, chamada “O petróleo é nosso”
- (D) criação de novos partidos políticos, inclusive o chamado “Partido dos Trabalhadores”
- (E) manifestação em defesa do ensino de horário integral, chamada “Pelo horário integral no ensino público”

13

Levando em conta as inovações científicas na atualidade, os transgênicos são organismos geneticamente modificados – com DNA modificado pela introdução de novos genes – vindos de outras espécies, visando a adquirir novas propriedades, como a ampliação da resistência a herbicidas ou a doenças. Do ponto de vista do impacto na sociedade contemporânea, há polêmica envolvendo segmentos sociais diferentes. Os ambientalistas temem que os genes modificados contaminem lavouras tradicionais ou áreas nativas e anunciam que não há estudos expressivos que comprovem a segurança do uso de transgênicos para a saúde humana.

Um argumento daqueles segmentos sociais que defendem os transgênicos e as principais lavouras que deles fazem uso, no Brasil, são, respectivamente,

- (A) arma contra fome – soja, milho e algodão
- (B) recurso contra a miséria – milho, feijão e hortaliças
- (C) aumento da produtividade – trigo, laranja e algodão
- (D) aceleração do rendimento das lavouras – soja, laranja e trigo
- (E) redução da pobreza – feijão, hortaliças e algodão

14

Transcrevem-se estrofes de poemas de Gonçalves Dias e de Oswald de Andrade.

Canção do exílio

Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
As aves, que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá

Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores. [...]

Disponível em: <<http://www.horizonte.unam.mx/brasil/gdias.html>>. Acesso em: 11 mar. 2012. Adaptado.

Canto de regresso à pátria

Minha terra tem palmares
Onde gorjeia o mar
Os passarinhos daqui
Não cantam como os de lá

Minha terra tem mais rosas
E quase que mais amores
Minha terra tem mais ouro
Minha terra tem mais terra

Disponível em: <http://www.releituras.com/oandrade_canto.asp>. Acesso em: 11 mar. 2012. Adaptado.

A substituição de “palmeiras” por “palmares” (nome do mais famoso quilombo para onde fugiam os negros no período da escravidão no Brasil) representa uma crítica dos modernistas ao nacionalismo idealizador dos românticos, como uma forma de denúncia contra o(a)

- (A) ufanismo dos políticos e artistas progressistas
- (B) desmatamento das áreas de florestas tropicais
- (C) manifestação patriota dos artistas engajados na política partidária
- (D) exploração do trabalho no segmento mais pobre da população
- (E) reação agressiva da polícia no combate à violência urbana

15

A visita de Christine Lagarde, atual diretora-gerente do Fundo, obedeceu a um roteiro desprovido da carga emocional de antanho, mas, nem por isso, a imprensa economizou tinta: “FMI pede dinheiro ao Brasil” [...]. Detalhes importantes foram deixados de lado pela maioria [...]. A senhora Lagarde foi a Brasília pedir a cooperação do Estado brasileiro para a solução de um grave problema internacional, aumentando sua participação no capital do FMI. Isso tem caráter simbólico importante, pois é a demonstração que mudou a posição do Brasil no mundo, tanto sob a ótica da economia quanto no nível político [...]. As declarações de Christine Lagarde, em Brasília, abriram espaço para outra compreensão da magnitude do problema, com um diagnóstico mais abrangente. São um alerta aos demais países para as consequências do prolongamento da crise da dívida. Ela não veio aqui de “pires na mão”. Veio confirmar o reconhecimento de que o Brasil é um novo parceiro com quem se pode contar para ajudar na solução de problemas que exigem a cooperação estreita entre as nações.

DELFIN NETO, Antonio. *Revista Carta Capital*, 14 dez. 2011, ano XVII, n. 676, p.87.

Uma das razões do reconhecimento de que o Brasil representa um importante parceiro é o fato de que o país, recentemente, foi favorecido por

- (A) aumento do preço das matérias-primas, o que permitiu um *superavit* em conta-corrente maior do que a de toda a história de reservas europeias e estadunidenses.
- (B) capacidade de aproveitamento das oportunidades, o que contribuiu para certo crescimento da economia e para o investimento no desenvolvimento social, com marcas na redução das desigualdades de renda.
- (C) superioridade econômica em relação a todos os países emergentes, o que facilitou o enfrentamento dos problemas que constroem os Estados Unidos e os países europeus.
- (D) expansão da economia mundial durante a segunda metade do século XX, o que solucionou, antes da virada para o século XXI, o problema do *deficit* permanente em conta-corrente.
- (E) desaquecimento das economias mais prósperas com encolhimento do comércio internacional e aumento da insegurança nos mercados financeiros, o que promoveu a maior taxa de crescimento econômico de toda a história da economia nacional.

INFORMÁTICA

Considere a suíte Microsoft Office 2003 para responder às questões de n^{os} 16 a 18.

16

No aplicativo PowerPoint, qual o tipo de efeito de animação em que o slide é apresentado por meio de um efeito do tipo padrão quadriculado ou de exibição gradativa?

- (A) Extensão
- (B) Marcação
- (C) Transição
- (D) Trajetória da animação
- (E) Ênfase ou esmaecimento

17

A figura 1 representa parte da barra de ferramentas do aplicativo Microsoft Office Word, em sua configuração padrão.

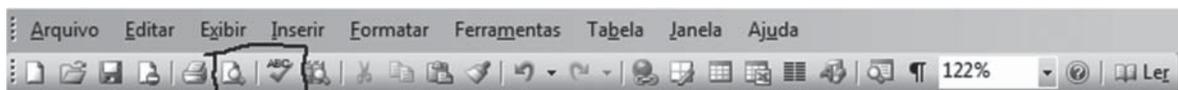


figura 1

Foram destacados nessa figura, respectivamente, os botões  e , que se referem aos comandos

- (A) Pesquisar e Recortar texto.
- (B) Pesquisar e Ortografia e gramática.
- (C) Visualizar impressão e Ortografia e gramática.
- (D) Visualizar impressão e Recortar texto.
- (E) Inserir planilha do Microsoft Excel e Estrutura do documento.

18

A figura 2 é a representação de uma planilha do Microsoft Office Excel, digitada na configuração padrão do aplicativo.

	A	B	C	D	E	F	G	H
1	7	1						
2	4	6						
3	1	0						
4								
5								

figura 2

Digitando-se na célula C1 a fórmula =SOMA(A1: B3), após a confirmação da digitação, o valor apresentado nessa célula será

- (A) 0
- (B) 6
- (C) 7
- (D) 12
- (E) 19

19

Para que possa aproveitar adequadamente os serviços que a internet disponibiliza, o usuário deve instalar em seu computador, dentre outros recursos, um software que permita a visualização correta das páginas da web.

Esse software é denominado web

- (A) accelerator
- (B) generator
- (C) browser
- (D) mail
- (E) site

20

A tecnologia utilizada na internet que se refere à segurança da informação é

- (A) criptografia
- (B) download
- (C) streaming
- (D) mailing lists
- (E) web feed

RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

BLOCO 1

21

O reconhecimento da receita de uma empresa no momento da emissão da nota fiscal, independente da entrada de dinheiro em caixa ou banco, demonstra a adequação ao princípio contábil do(a)

- (A) Regime de competência
- (B) Regime de caixa
- (C) Continuidade
- (D) Confiabilidade
- (E) Relevância

22

O art. 178 da Lei nº 6.404/1976 estabelece que as contas do ativo sejam divididas em dois grupos: ativo circulante e ativo não circulante, o qual se compõe de ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Como são ordenadas as contas do ativo no Balanço Patrimonial?

- (A) Decrescentes de exigibilidade
- (B) Decrescentes de liquidez
- (C) Decrescentes de vencimento
- (D) Crescentes de liquidez
- (E) Crescentes de vencimento

23

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, a avaliação do ativo obedece a alguns critérios.

Um critério de avaliação de ativos, instituído por lei é o dos

- (A) direitos classificados no imobilizado que serão avaliados pelo custo de aquisição, sem considerar dedução.
- (B) elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo que serão ajustados pelo valor de aquisição, deduzidos do saldo da respectiva conta de depreciação.
- (C) direitos classificados no intangível que serão avaliados pelo custo incorrido na aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização.
- (D) investimentos em participação no capital social, pelo custo de aquisição, somada provisão para perdas prováveis.
- (E) direitos que tiverem por objeto mercadorias e produtos do comércio da companhia que serão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido o saldo da respectiva conta de exaustão.

24

A empresa retém os valores referentes à apropriação do resultado positivo do exercício. Esses recursos têm uma finalidade específica e visam basicamente à proteção dos direitos dos acionistas e credores da companhia.

Tais valores são denominados

- (A) ações em tesouraria
- (B) lucros acumulados
- (C) reserva de reavaliação
- (D) reserva de lucros
- (E) subvenção para investimentos

25

Ativo		Passivo	
Bens	R\$ 50.000,00	Obrigações	R\$ 20.000,00
Direitos	R\$ 25.000,00	Patrimônio Líquido	R\$ 55.000,00
Total do Ativo	R\$ 75.000,00	Total do Passivo	R\$ 75.000,00

Os valores pertencentes à situação patrimonial de uma empresa apresentados refletem uma situação líquida

- (A) nula
- (B) deficitária
- (C) passiva
- (D) negativa
- (E) superavitária

26

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) confronta as receitas e os ganhos com as despesas e perdas de uma empresa.

Na estrutura da DRE, a diferença entre a receita líquida de vendas e o custo das mercadorias ou serviços vendidos expressa o valor da(o)

- (A) receita bruta das vendas
- (B) faturamento bruto
- (C) lucro ou prejuízo operacional
- (D) lucro ou prejuízo líquido do exercício
- (E) lucro bruto

27

Na análise por quocientes das demonstrações financeiras, existem índices que servem para evidenciar o grau de endividamento da empresa em decorrência das origens de valores investidos no patrimônio. Esses índices utilizam as informações contidas no Balanço Patrimonial e são conhecidos por quocientes de

- (A) estrutura de capitais
- (B) liquidez
- (C) solvência
- (D) rentabilidade
- (E) ativos

28

Ativo Não Circulante – Realizável a Longo Prazo
Patrimônio Líquido

Por meio da fórmula acima, é obtido o quociente de Imobilização do Patrimônio Líquido, ou seja, a parcela do Patrimônio Líquido utilizada para financiar o Ativo Fixo.

Qual dos índices abaixo indica o melhor resultado para a empresa?

- (A) 0,57
- (B) 0,85
- (C) 1,0
- (D) 1,35
- (E) 2,0

29

A fórmula abaixo expressa um quociente que, quanto maior for seu valor, melhor será para a empresa.

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}$$

Esse quociente permite às empresas e às instituições financeiras interessadas conhecer a(o)

- (A) Liquidez Imediata
- (B) Margem Líquida
- (C) Rentabilidade do Ativo
- (D) Rentabilidade do Patrimônio Líquido
- (E) Giro do Ativo

30

De acordo com a legislação vigente, risco de amostragem em auditoria é o risco de que a conclusão do auditor, com base em amostra, pudesse ser diferente se toda a população fosse sujeita ao mesmo procedimento de auditoria.

Uma das conclusões erradas às quais o risco de amostragem pode levar é

- (A) julgar desnecessária a permissão ao auditor pela administração, para se comunicar com a consultoria jurídica externa da entidade.
- (B) desconsiderar fatos e circunstâncias não significativos.
- (C) considerar o registro de informações, no qual a relevância não seja comprovada.
- (D) considerar os controles mais eficazes do que realmente são, em razão de não ser identificada distorção relevante, quando, na verdade, ela existe.
- (E) avaliar os estoques por meio de inventário, onde não seja identificada distorção relevante, quando, de fato, ela não existe.

31

São objetivos gerais do auditor, ao conduzir a auditoria das demonstrações contábeis,

- (A) obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, causada por fraude ou erro, permitindo que o auditor expresse sua opinião sobre a elaboração dessas demonstrações consoante a estrutura de relatório financeiro aplicável.
- (B) rastrear fraudes e identificar se a aplicação dos recursos financeiros da empresa está de acordo com as normas impostas pelos órgãos de fiscalização e regulamentação.
- (C) apresentar relatório sobre a administração e comunicar-se conforme exigido pelas Normas Brasileiras de Contabilidade.
- (D) identificar se a empresa apresenta informações nas demonstrações contábeis de acordo com as normas impostas pelo Ministério Público.
- (E) comprovar se os ativos e passivos sofreram variações conforme estipulado no planejamento estratégico da empresa.

32

Os papéis de trabalho apresentados são essenciais no desenvolvimento do processo de auditoria, uma vez que

- (A) constituem a documentação preparada pelo auditor ou fornecida a ele para compor o registro de evidências da auditoria na conclusão do processo, dando fundamentação ao parecer emitido.
- (B) comprovam a capacidade técnica do profissional de contabilidade responsável pelo fornecimento das informações.
- (C) comprovam os recolhimentos realizados ao fisco e a movimentação da demonstração do fluxo de caixa.
- (D) apresentam a necessidade de a empresa auditada se adequar às normas contábeis e esclarecem as penalidades aplicadas a cada caso de infração.
- (E) confirmam a forma de contratação da equipe de auditores, comprovando a necessidade do serviço contratado e relatando a metodologia utilizada.

33

A atividade da Auditoria Interna está estruturada em procedimentos com enfoque técnico, objetivo, sistemático e disciplinado. (NBC TI 01).

Segundo a legislação em vigor, afirma-se que a finalidade da auditoria interna é

- (A) agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da recomendação de soluções para as não conformidades apontadas nos relatórios.
- (B) apontar as dificuldades de gerenciamento encontradas, propondo metodologias de trabalho que favoreçam o atendimento às normas tributárias, trabalhistas e previdenciárias.
- (C) analisar formas de desvio referentes ao cumprimento das normas legais, sem que os órgãos pertinentes identifiquem possíveis fraudes ou erros.
- (D) apresentar técnicas de aperfeiçoamento do processo que envolvam o gerenciamento da empresa, visando ao aumento do lucro, independente das normas legais exigidas.
- (E) organizar a documentação que envolve o sistema de controle dos processos, aplicando a metodologia de trabalho conforme o auditor julgar pertinente, visando à maximização dos resultados.

34

Os exames e as investigações constituem os procedimentos de Auditoria Interna, incluindo os testes de observância que facilitam o trabalho de auditor.

A verificação de registros, de documentos e de ativos intangíveis, na realização dos testes de observância, é conhecida por procedimento de

- (A) observação
- (B) investigação
- (C) confirmação
- (D) inspeção
- (E) execução

35

No caso de identificar inconsistências que necessitem de providências imediatas, o auditor interno de uma empresa deve avaliar a necessidade de emissão de relatório parcial. Quanto ao sigilo das informações, o relatório da auditoria interna deve ser

- (A) arquivado, ficando disponível para consulta dos usuários, sejam eles internos ou externos.
- (B) apresentado a quem tenha solicitado o trabalho ou a quem o solicitante autorizar, devendo ser preservada a confidencialidade do conteúdo.
- (C) apresentado a todos os profissionais envolvidos na gestão e na operação das atividades da empresa, sem autorização do solicitante.
- (D) entregue a quem solicitou, não podendo o auditor manter cópia do documento emitido, mas devendo entregar cópia ao fisco.
- (E) eliminado logo após sua apresentação ao solicitante.

36

Para definir a amplitude e a época do trabalho a ser realizado, o planejamento da auditoria interna compreende os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos envolvidos.

Considere as afirmações abaixo sobre os fatores relevantes na execução dos trabalhos de auditoria.

- I – O conhecimento detalhado da política e dos instrumentos de gestão de riscos da empresa fundamenta o trabalho de auditoria
- II – A partir do conhecimento detalhado das atividades operacionais e dos sistemas contábil e de controles internos e do grau de confiabilidade da empresa, o parecer do auditor será amparado em legitimidade
- III – A natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria externa a serem aplicados resultarão em maior agilidade no encerramento da auditoria
- IV – É relevante a existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas que sejam participantes dos trabalhos de auditoria interna

São corretas as afirmações

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

37

A empresa realiza procedimentos de auditoria interna. Um desses procedimentos é o teste que visa à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informação.

Esse teste é conhecido como

- (A) de observância
- (B) aleatório
- (C) substantivo
- (D) provisório
- (E) demonstrativo

38

O relatório da Auditoria Interna deve ser redigido com objetividade e imparcialidade, para que possa expressar, claramente, suas conclusões e recomendações. Para tal, é necessário que sejam abordados alguns aspectos mínimos.

Dentre os aspectos mínimos listados a seguir, todos necessitam ser abordados, **EXCETO**

- (A) a metodologia adotada
- (B) o objetivo e a extensão dos trabalhos
- (C) os principais procedimentos de auditoria aplicados e sua extensão
- (D) os riscos associados aos atos constatados
- (E) eventuais limitações ao alcance dos procedimentos de auditoria

39

No que diz respeito à amostragem estatística em auditoria, o tamanho da amostra exigida é afetado pelo nível de risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar.

Com base no exposto, afirma-se que

- (A) quanto menor o risco que o auditor está disposto a aceitar, maior deve ser o tamanho da amostra.
- (B) quanto maior o risco que o auditor está disposto a aceitar, maior deve ser o tamanho da amostra.
- (C) quanto menor o risco que o auditor está disposto a aceitar, menor deve ser o tamanho da amostra.
- (D) quanto maior o risco que o auditor está disposto a aceitar, menor deve ser o tamanho da amostra.
- (E) independente do tamanho do risco que o auditor está disposto a aceitar, maior deve ser o tamanho da amostra.

40

De que forma a observação da realização dos procedimentos da administração, quanto à contagem física dos estoques, permite ao auditor obter evidência de auditoria?

- (A) Por meio do lançamento de duplicatas a receber de devedores duvidosos.
- (B) Analisando se as instruções relacionadas às vendas estão corretamente aplicadas.
- (C) Observando se o sistema de contagem de estoque está adequado ao que a auditoria definiu.
- (D) Verificando se o estoque é administrado conforme o comprador necessita.
- (E) Comprovando se as instruções e os procedimentos de contagem estão adequadamente definidos e implementados.



BLOCO 2

41

O resultado dos trabalhos do auditor independente é amparado por opinião apresentada em seção própria do seu relatório de auditoria.

De acordo com a legislação vigente, o auditor poderá expressar em seu relatório um dos seguintes tipos de opinião:

- (A) sem ressalva, com ressalva, adversa, e abstenção de opinião
- (B) adversa, diversa, com distorção, e sem distorção
- (C) declarada, reduzida, diversa, e abstenção de opinião
- (D) sem ressalva, com ressalva, diversa, e declarada
- (E) definitiva, verídica, com distorção, e sem distorção

42

O auditor deve comunicar, apropriadamente, as deficiências de controle interno que identificar durante a auditoria aos responsáveis pela administração da entidade.

Uma das formas de deficiência que pode ocorrer é quando

- (A) há recusa do parecer contido no relatório do auditor pela empresa auditada.
- (B) o controle é planejado, implementado ou operado de tal forma que não se consegue prevenir ou detectar e corrigir as distorções nas demonstrações contábeis.
- (C) é necessário realizar o levantamento sobre o sistema bancário, adotado pela instituição financeira com o qual a empresa trabalha.
- (D) é identificada a falta do controle necessário sobre os estoques terceiros.
- (E) não há registro das responsabilidades do auditor, em contrato, quanto ao tempo de assinatura do parecer final.

43

O controle interno divide-se em componentes que fornecem uma estrutura de apoio ao auditor, nos quais são considerados diferentes aspectos que podem afetar a auditoria.

Um dos componentes que fazem parte da estrutura de apoio é o(a)

- (A) demonstração do valor adicionado
- (B) desenvolvimento do plano de recursos humanos
- (C) aplicação de atividades fora de controle administrativo
- (D) geração de informação fora do ambiente de controle da entidade
- (E) processo de avaliação do risco da entidade

44

Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial em órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e demonstrar a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado são finalidades do(a)

- (A) Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal
- (B) Sistema de Controle Externo do Poder Público
- (C) Secretaria de Finanças Públicas
- (D) Procuradoria Geral da União
- (E) Casa Civil

45

Quando o auditor obtém evidência de auditoria apropriada e suficiente e conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis, o auditor deve manifestar, no relatório de auditoria, conforme regulamenta a legislação em vigor, a opinião

- (A) com ressalva
- (B) sem ressalva
- (C) verídica
- (D) adversa
- (E) diversa

46

A respeito da identificação e da avaliação dos riscos de distorção relevante, ao exercer o julgamento quanto a quais riscos são significativos, o auditor deve considerar se o risco

- (A) compromete o patrimônio dos investidores.
- (B) envolve transações significativas que estejam fora do curso normal do negócio para a entidade ou que de outra forma pareçam não usuais.
- (C) estabelece como deverá ocorrer a reposição das perdas patrimoniais.
- (D) demonstra a necessidade de alteração na forma de tributação.
- (E) impõe regras de ações restritivas ao movimento financeiro da entidade.

47

Uma das finalidades das Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União (NAT) é promover o aprimoramento profissional e auxiliar os auditores em relação à qualidade dos exames, à formação de sua opinião e à elaboração de seus relatórios. Isso possibilita a realização de trabalhos com segurança e qualidade, merecedores de respeito e credibilidade por parte dos clientes.

Nesse contexto, as Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União são de natureza

- (A) técnica
- (B) jurídica
- (C) generalista
- (D) específica
- (E) simplificada

48

No Brasil, as regras constitucionais sobre controle externo estão disciplinadas na Constituição Federal de 1988, sob o título "Da Organização dos Poderes".

Essas regras dispõem sobre o controle externo da administração pública como função

- (A) principal do Poder Judiciário que, em nível federal, é exercido pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- (B) principal do Poder Legislativo que, em nível federal, é exercido pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- (C) principal do Poder Executivo que, em nível federal, é exercido pelo Tribunal de Contas da União.
- (D) secundária do Poder Judiciário que, em nível federal, é exercido pelo Tribunal de Contas da União.
- (E) secundária do Poder Legislativo que, em nível federal, é exercido pelo Congresso Nacional.

49

Somente o Tribunal de Contas da União pode liberar a pessoa física, o órgão ou a entidade que estiverem sujeitas à tomada de contas.

Integram a tomada ou prestação de contas os seguintes documentos, **EXCETO**

- (A) Relatório de gestão.
- (B) Relatório do tomador de contas, quando couber.
- (C) Relatório e certificado de auditoria, com o parecer do dirigente do órgão de controle interno.
- (D) Pronunciamento do Ministro de Estado supervisor da área ou equivalente.
- (E) Relatório de fluxo de caixa direto.

50

A legislação vigente estabelece o órgão responsável por apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público. As exceções são as nomeações para cargos de provimento em comissão.

Nesse sentido, o órgão responsável é o(a)

- (A) Departamento Federal de Recursos Humanos
- (B) Tribunal de Contas da União
- (C) Ministério do Trabalho e Emprego
- (D) Ministério da Previdência Social
- (E) Controladoria Geral da União

51

As tomadas ou prestações de contas são submetidas ao julgamento do Tribunal de Contas da União pelos administradores e responsáveis.

Essas prestações de contas podem ser classificadas em

- (A) primárias, secundárias e terciárias
- (B) gerais, específicas e especiais
- (C) punitivas, concessivas e liberais
- (D) restritivas, convergentes e liberais
- (E) ordinárias, extraordinárias ou especiais

52

O Tribunal de Contas da União (TCU) decide se as tomadas ou prestações de contas são regulares, regulares com ressalva ou irregulares.

Caso a prestação de contas seja irregular, em razão de omissão no dever de prestar contas, sem a existência do débito, e as justificativas não sejam aceitas, a sanção aplicada ao responsável será de

- (A) trancamento das contas e encerramento do processo.
- (B) multa de 100% do débito, acrescido de juros e multa.
- (C) multa, conforme valor corrigido estipulado na Lei Orgânica nº 8.443/1992 e demissão do responsável.
- (D) multa entre 5% e 100% do valor corrigido estipulado na Lei Orgânica nº 8.443/1992.
- (E) multa arbitrada por estimativa.

53

A fiscalização é exercida pelo Tribunal de Contas da União por um instrumento próprio, com a finalidade de, entre outras, suprir omissões e lacunas de informações, bem como apurar denúncias quanto à legalidade, legitimidade e economicidade dos fatos e atos administrativos.

O instrumento de fiscalização é denominado

- (A) inspeção
- (B) regulação
- (C) avaliação
- (D) normatização
- (E) acompanhamento

54

Um instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal de Contas da União avalia o desempenho de órgãos e entidades jurisdicionados, programas, projetos e atividades governamentais, em relação aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia dos atos praticados.

Tal instrumento de fiscalização é o(a)

- (A) monitoramento
- (B) levantamento
- (C) atendimento
- (D) aprovação
- (E) auditoria

55

A finalidade da administração pública é assegurar a sua atuação de acordo com os princípios impostos pelo ordenamento jurídico, levando em conta a legalidade, moralidade, finalidade pública, entre outros.

O controle exercido sobre os órgãos do Poder Executivo, cuja natureza pode ser política ou financeira, é denominado controle

- (A) administrativo
- (B) judicial
- (C) legislativo
- (D) de administração direta
- (E) de administração indireta

BLOCO 3

56

Determinado decreto publicado em 20/12/2011 pelo Poder Executivo Federal majorou a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre cosméticos.

À vista disso, a nova alíquota do IPI poderá ser exigida

- (A) imediatamente
- (B) a partir do exercício financeiro seguinte
- (C) a partir de 45 dias, após o exercício financeiro seguinte
- (D) 90 dias, após a publicação do referido decreto
- (E) 90 dias, após o exercício financeiro seguinte

57

A Secretaria da Receita Federal, com base em procedimento de fiscalização deflagrado por auditor fiscal desse órgão, lavrou auto de infração contra determinada empresa, em razão do não recolhimento de IPI relativo às competências de junho a dezembro de 2010. A empresa autuada ofereceu, em tempo hábil, defesa administrativa com o escopo de cancelar o lançamento do respectivo crédito tributário, sob o entendimento de que tal cobrança seria indevida.

Nesse caso, a defesa administrativa ou a impugnação fiscal ofertada pelo autuado

- (A) constituem o crédito tributário em questão.
- (B) excluem o crédito tributário em questão.
- (C) extinguem o crédito tributário em questão.
- (D) garantem o crédito tributário em questão.
- (E) suspendem o crédito tributário em questão.

58

No Direito Tributário, a certidão na qual consta a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa,

- (A) produz efeito extintivo da cobrança executiva de créditos não vencidos.
- (B) produz efeito de retardar a cobrança executiva de créditos não vencidos.
- (C) produz os mesmos efeitos da certidão negativa.
- (D) não produz efeito jurídico.
- (E) não produz efeitos na esfera extrajudicial.

59

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, a publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária ocorrerá

- (A) anualmente
- (B) mensalmente
- (C) bimestralmente
- (D) semestralmente
- (E) quadrimestralmente

60

De acordo com as normas contidas na Constituição Federal em vigor e na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder determinados percentuais nela estipulados da receita corrente líquida.

À vista disso, considere as proposições abaixo.

- I - Na verificação do atendimento dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, em cada período de apuração e para cada ente da Federação, não serão computadas as despesas de indenização por demissão de servidores ou empregados.
- II - Na verificação do atendimento dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, em cada período de apuração e para cada ente da Federação, não serão computadas as despesas relativas a incentivos à demissão voluntária.
- III - Na verificação do atendimento dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, em cada período de apuração e para cada ente da Federação, serão computadas as despesas com inativos, ainda que por meio de Fundo específico, custeadas por recursos provenientes da arrecadação de contribuição dos segurados.
- IV - Na verificação do atendimento dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, em cada período de apuração e para cada ente da Federação, serão computados como despesas os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos e serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

Está correto **APENAS** o que se afirma em

- (A) I e II
- (B) II e III
- (C) III e IV
- (D) I, II e III
- (E) I, III e IV

61

Caso a Fazenda Pública não promova o lançamento de um tributo no prazo legal, tal situação configura hipótese de

- (A) *bis in idem*
- (B) decadência
- (C) exclusão
- (D) extinção
- (E) prescrição

62

As normas contidas na Lei nº 4.320/1964 aplicam-se às

- (A) entidades federativas.
- (B) empresas privadas.
- (C) empresas públicas.
- (D) empresas de sociedade de economia mista.
- (E) empresas de prestação de serviços que prestem serviços ao governo federal, estadual e municipal.

63

Em se tratando de solidariedade tributária, o pagamento efetuado por um dos obrigados

- (A) aproveita aos demais, salvo disposição de lei em contrário.
- (B) aproveita aos demais, se houver previsão contida em instrução normativa.
- (C) aproveita aos demais, salvo ajuste estabelecido entre as partes.
- (D) não aproveita aos demais, salvo convenção estabelecida entre as partes.
- (E) não aproveita aos demais, em qualquer hipótese.

64

Com base no Direito Financeiro, é **INCORRETO** afirmar-se que

- (A) a Lei do Orçamento Monetário é editada anualmente pelo Poder Executivo.
- (B) a Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente e sinalizará a feitura da Lei Orçamentária Anual.
- (C) os orçamentos públicos, em atendimento ao princípio da universalidade, devem conter todas as receitas e despesas de qualquer procedência, ou destino, inclusive a dos Fundos, empréstimos e subsídios.
- (D) os orçamentos públicos, em atendimento ao princípio da especialidade, devem discriminar e especificar os créditos, os órgãos a que se vinculam e o tempo em que se deve realizar a despesa pública.
- (E) qualquer investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro deverá ser incluído no Plano Plurianual.

65

NÃO é segurado obrigatoriamente pela Previdência Social o empregado que

- (A) presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.
- (B) presta serviço para atender à necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços de outras empresas, sendo o empregado contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica.
- (C) trabalhar em sucursal ou em agência de empresa nacional no exterior, sendo brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil.
- (D) trabalhar em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a uma empresa brasileira de capital nacional, sendo o empregado brasileiro ou estrangeiro, domiciliado e contratado no Brasil.
- (E) se filiar ao Regime Geral de Previdência Social, independentemente de contribuição, sendo maior de 12 (doze) anos de idade.

66

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o despacho exarado pela autoridade competente, determinando que a despesa seja paga, configura-se como

- (A) ordem de pagamento
- (B) nota de empenho
- (C) liquidação da despesa
- (D) restos a pagar
- (E) empenho

67

A operação de crédito decorrente de antecipação de receita orçamentária – ARO, na qual venha um Município oferecer garantia com base nas quotas – partes do Fundo de Participação dos Municípios – FPM,

- (A) infringiria princípio constitucional da vedação de receita de imposto a órgão, fundo ou despesa.
- (B) infringiria o sistema de pagamento mediante precatório, conforme disposto na Constituição Federal em vigor.
- (C) infringiria princípio constitucional da vedação da instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.
- (D) não infringiria princípio constitucional da vedação de receita de imposto a órgão, fundo ou despesa, por configurar-se como exceção ao respectivo princípio constitucional.
- (E) não infringiria princípio constitucional da vedação de receita de imposto a órgão, fundo ou despesa, mas seria inaplicável em se tratando de prestação de garantia à ARO.

68

A natureza jurídica do orçamento público traduz-se como um(a)

- (A) ato-condição, pois os tributos somente poderão ser instituídos se houver aprovação da lei orçamentária a vigorar no exercício financeiro seguinte ao da data da sua publicação.
- (B) ato unilateral de vontade, expedido pelo Poder Executivo, para programação da receita e da despesa pública, que deverão ser efetivadas no curso do exercício financeiro.
- (C) lei formal, pois estima as receitas públicas e autoriza os gastos públicos, sem criar direitos subjetivos e sem modificar as leis tributárias e financeiras.
- (D) lei material, visto que quaisquer despesas previstas no orçamento público deverão ser efetivadas no curso do exercício financeiro, pelo fato de estarem projetadas no orçamento.
- (E) lei perpétua, visto que produz efeitos jurídicos por prazo indeterminado.

69

A preservação do valor real do benefício ou, ainda, a preservação do seu valor nominal, enquadra-se no princípio constitucional previdenciário de

- (A) caráter contributivo
- (B) contagem recíproca do tempo de contribuição
- (C) filiação obrigatória
- (D) garantia do benefício mínimo
- (E) irredutibilidade do valor dos benefícios

70

Compete aos Municípios a instituição dos seguintes impostos:

- (A) ITCMD, IPTU e ISS
- (B) ITBI, IPTU e IPVA
- (C) ITBI, IPTU e ISS
- (D) IVV, ICMS e IPVA
- (E) ISS, ICMS e IPVA

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO